

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA

Ao primeiro de junho de 2017, às 14h40, nas dependências da Capela São João Batista, situada na rua Del. Bruno de Almeida, 8031, Caximba, Curitiba/PR, relacionado ao Procedimento Administrativo nº0046.17.060504-5 tiveram início os trabalhos de Reunião Pública, sob a presidência do Promotor de Justiça, Dr. Régis Rogério Vicente Sartori. Assinalou-se a presença da comunidade local, conforme lista em anexo. O Presidente declarou aberta a Reunião Pública agradecendo a presença da comunidade, esclareceu a função do Ministério Público perante a comunidade, bem como o objetivo da presente reunião que será feita mediante dinâmica, a fim de captar as demandas da população local. O presidente passou a palavra ao sr. Alexandre, o qual se apresentou à comunidade, e pediu para que os representantes se apresentem e indiquem no mapa a localização em que residem. A sra. Vilma da Caximba se apresentou, informando que preside a Associação de moradores da região. O dr. Régis retomou a palavra, e informou que a finalidade da reunião é apresentar as demandas da comunidade que necessitam de melhorias, e que é necessária a discussão para que a comunidade avalie como o bairro se encontra atualmente, o que falta no bairro, em todas as áreas possíveis, que possa haver demanda. Após serão reunidos em grupos, que tentarão buscar caminhos para solucionar as demandas apresentadas. Na Etapa 01, a sra. Vilma se informou quanto a necessidade prioritária da revitalização da estrada Del. Bruno de Almeida, bem como a fiscalização da prefeitura, eis que o lixo fica acumulado, entre outros problemas. Se queixou da falta de creche, próxima a região da Vila Juliana. Enfatizou ainda a ausência de saneamento básico, mais transporte público, com horários mais diversificados, falta de segurança, ampliação do horário de atendimento da unidade de saúde ou uma nova unidade de saúde, farmácia abastecida. A sra. Vilma elogiou as equipes do CRAS, e da saúde do Município de Curitiba. Outra demanda apresentada é com relação as ruas, falta de arruamento, que as crianças caem na valeta no caminho, ausência de iluminação

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

pública, problemas quanto a regularização da área 1º de setembro, Espaço Verde, bem como as diversas áreas restantes que necessitam de regularização. A área do Caximba é quase integralmente irregular, por isso, encontram muita dificuldade para construção pública. Morador da Vila 1º de Setembro relatou a ausência de transporte público, tendo em vista que o ônibus não passa pela vila, que reside há 27 anos na região e nunca houve ônibus, ausência de transporte público na Vila 1º de Setembro. Foi comentado sobre a Vila 29 de Outubro, quanto à ausência de água, luz e saneamento básico. Relataram o problema quanto a enchentes, ampliação da ponte, e dragagem do Rio Barigui, na Vila 1º de Setembro. Precisam de uma calçada elevada em razão do risco de travessia. Quanto à região do Espaço Verde, se queixaram da ausência de iluminação pública e água. Se queixaram quanto a drenagem na região 1º de Setembro. Relataram a ausência de drenagem na região próxima ao supermercado, a ausência de saneamento básico na área 1º de Setembro. Relataram a falta de projetos para as crianças e adolescentes da região. Os moradores comentaram que há demanda por mais escolas, tanto de ensino fundamental e médio, quanto educação infantil, porque antes a comunidade era menor. Atualmente, as escolas e creches da região não estão dando conta da comunidade local. O sr. Léo, da região 29 de Outubro, se queixou da atuação do CRAS, que estão deixando a desejar, estão com poucas doações. A sra. Rosilda informou que a região cresceu, mas que os recursos e o número de funcionários do CRAS continuam os mesmos. Outra demanda apontada foi a ampliação de transporte público na Vila Juliana aos finais de semana. Outro morador do Espaço Verde apresentou a necessidade de uma escola-oficina, exemplificando com iniciativa existente em Paranágua, que houve entidade que atuava neste sentido, em que os adolescentes passavam o dia lá, e saíam encaminhados para o mercado de trabalho. Alexandre retomou a palavra e resumiu, no painel, as principais demandas que foram captadas, como transporte público, urbanização, equipamentos sociais (creche, escolas, CMEI), necessidade de vagas, problemas de segurança pública, iluminação pública, preocupação com os jovens e crianças. O sr. Carlos, cacique da aldeia Kakané Porã, presente na

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

região, representando sua aldeia, trouxe o problema da regularização das terras, que a aldeia seja reconhecida, necessitando da atuação do MPE, MPF, e a FUNAI. Também se queixou quanto a regularização de esgoto, porque a sujeira vai toda para a aldeia. Informou a necessidade de um Armazém da Família na região, porque como há poucos ônibus, as pessoas precisam ir a regiões mais distantes para realizar compras. Anteriormente havia um ônibus do Armazém a cada 20 dias, e agora faz seis meses que não vem em razão de estar quebrado. Explanaram ainda as dificuldades sofridas em razão das enchentes. Outra questão que foi levantada são as dificuldades do transporte com relação as crianças com deficiência. Na Etapa 02, as pessoas foram reunidas em círculos para que as demandas sejam debatidas e organizadas de forma mais específica. Na Etapa 03, um relator de cada círculo apresentou as demandas discutidas, sendo demonstrado adiante. a) A Sra. Cleonice resumiu as demandas do grupo, informou que o bairro está abandonado, necessitam de reuniões com mais frequência, afirmou que o primeiro passo para melhorar o bairro é a regularização. b) Outra moradora informou que a Vila 1º de Setembro (ocupação irregular) é a vila mais abandonada de todas. c) A sra. Soraia informou quanto a questão dos horários de ônibus, bem como o itinerário, a segurança, tendo em vista a ausência de policiamento na região, a implementação de lombada em frente à Unidade de Saúde, a instituição de programas e projetos para adolescentes, a sugestão de levantar comissões de cada vila, pois existem 9 vilas, e essas comissões seriam responsáveis por levantar os problemas. Próximo à Escola Joana Raksa, precisam de educação no trânsito. d) A Sra. Lucélia, responsável pelo Conselho Local de Saúde, necessidade de espaços de saúde, mas que há dificuldades de terreno. Informou que foi feito o pedido de reforma da unidade de saúde, com o incentivo do governo estadual. e) A sra. Leda, diretora do CMEI Caximba, informou que estão passando por muitas dificuldades, porque possuem vagas para 130 crianças, entretanto pediu para que a população ajude a cobrar por parte das autoridades, a construção de novos CMEI's, haja vista a falta de espaço físico para as crianças. Há necessidade de ampliação e reformas para que abriguem mais crianças, bem como a construção de outro

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

CMEI. e) A sra. Isabel, representando o Espaço Verde, informou que o grupo apontou também a necessidade de melhorias no posto de saúde, e que identificam problemas quanto ao título de eleitor, de forma a permitir que a comunidade transfira seus títulos para a região, para que os representantes eleitos vejam a população local. f) Outra moradora informou quanto às dificuldades de correspondência, eis que o CORREIO não chega na região, por isso a necessidade de sinalização, e placas que indiquem a localização das ruas. Foi sugerida uma parceria com os CORREIOS, com as associações para que houvesse uma caixa comunitária. g) O sr. Jorge, é pastor, e relatou o caos existente na comunidade, relatou que tem crianças passando fome, e a desumanidade com que as pessoas da região são tratadas, enfatizou a Vila Juliana. Com relação à Etapa 04, foram identificados possíveis caminhos a fim de solucionar as demandas. Alexandre explicou o resumo de propostas para resolução das demandas. O primeiro passo seria a discussão da regularização fundiária. Após, a adoção de programas de apoio à comunidade. Enfatizou a necessidade de elegerem um representante de cada vila para levantar as dificuldades. O dr. Régis retomou a palavra, e reforçou a necessidade de elegerem representantes para que atuem junto ao Poder Público e Ministério Público. A Sra. Vilma se voluntariou para ser representante, sra. Cleonice representará a Vila 1º de Setembro, o pastor sr. Jorge, Tiago Felipe serão representantes da Vila 29 de Outubro. A sra. Solange será representante da ADECOM (Associação local), sra. Luzia representará a comunidade Abraão. As senhoras Bruna e Taís, serão representantes da Vila dos Cruz. A sra. Solange ficou responsável pela Vila Dantas. Esses representantes atuarão junto ao MP para que acompanhem o andamento das demandas encaminhadas pela Promotoria das Comunidades, bem como para que contribuam para as demais reivindicações. Quanto aos equipamentos sociais, há a necessidade de levantar a questão eleitoral, para que o Poder Público tenha conhecimento da existência da comunidade local, de forma que a própria comunidade possa cobrar dos moradores a transferência do título de eleitor. Com relação aos equipamentos sociais, no que toca à questão orçamentária, em que há a necessidade da reivindicação, e outras questões, o sr. Alexandre informou quanto à

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

necessidade de eleger um grupo que receberá a orientação da Promotoria para que discutam quanto às necessidades e a forma de reivindicação; há necessidade de formação de uma comissão representativa que tenha respaldo da comunidade. O caminho é manter o ritmo de encontros, para que discutam com mais frequência as demandas. Com relação as dificuldades relacionadas ao transporte público e dos CORREIOS, será instaurado **Procedimento Administrativo** para acompanhar a demanda, no qual serão requeridas as informações aos órgãos responsáveis. O dr. Régis ainda informou que a questão do CORREIOS na região é complexa, porque a referida empresa só prestará o serviço se a rua for regulamentada. Com relação à urbanização, equipamentos sociais e projetos, serão discutidos mediante reuniões com os representantes. Foi indagado quando as reuniões serão marcadas, e ficou determinado que serão marcadas para daqui 10 ou 15 dias. A Promotoria de Comunidades fará reunião com o Tribunal Regional Eleitoral a fim de buscar auxiliar a comunidade na questão da regularização de títulos de eleitor. O Promotor de Justiça determinou o encaminhamento de cópia da presente ata às outras Promotorias do Ministério Público para ciência e providências. O Promotor de Justiça informou que a Promotoria de Comunidades fará atendimento mensal na região, para aproximação da comunidade e com a finalidade de buscar soluções para suas reivindicações, de forma que a resolução de demandas passe pelos coletivos e pelas lideranças comunitárias. O Presidente encerrou a Reunião Pública, agradecendo a participação de todos. A presente audiência encerrou-se às 16h50. Eu, Brisa Rodrigues Schimin, _____estagiária de graduação lavrei a presente Ata, a qual segue assinada por mim e pelo Presidente, o Promotor de Justiça, Dr. Régis Rogério Vicente Sartori.

Régis Rogério Vicente Sartori
Promotor de Justiça